

Além disso, somos da opinião de que também não existe trânsito do petróleo extraído entre a União e o concessionário. Observe-se que não existe um "estabelecimento" da União; da mesma forma, tendo em vista que o processo circulatório só começa quando da circulação de sua primeira fase, isto é, da extração para a fase seguinte, não existe a possibilidade de haver uma circulação na extração, até porque não há mercadoria conforme mencionado acima.

Ainda que assim fosse admitido a circulação, o que daria na entrada do petróleo no estabelecimento do particular. No entanto, *como se pode depreender da análise do art. 12 da Lei Complementar nº 7/93, supracitada, não existe incidência do ICMS sobre a operação de entrada de mercadoria em estabelecimento*".

<sup>17</sup> Leia-se: "(1) Por violação ao 'princípio da anterioridade, que é garantia individual do contribuinte, o STF decidiu que 'A EC 3/1993, que, no art. 2º, autorizou a União a instituir o IPMF, incidiu em vício de inconstitucionalidade; ao decidir no § 2º desse dispositivo, que, quanto a tal tributo, não se aplica o art. 150, III, b, e VI da Constituição" (ADIn 939, RDA 198/123 e RTJ 151/735)."

....

5) Inadmissível a modificação da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano "mediante aplicação de tabelas contendo índices que alteram a valorização dos imóveis .... se o instrumento normativo foi publicado no mesmo exercício financeiro da cobrança do imposto" (RE 196.558-0-PJ, STF/2ª T., RT 765/137). (*Constituição Federal Interpretada pelo STF*, 7ª ed., Ed. Juarez de Oliveira, p. 261 e segs.).

## A Denominação *Desembargador* e a Linguagem Leiga da Constituição

João Batista de Castro Júnior\*

I - Existe um certo pudor vestalino de muitos atores jurídicos modernos que os leva a ver o íncubo da inconstitucionalidade em todo lugar. O mais recente deles traduz-se numa ação judicial proposta por uma associação de magistrados estaduais, que tramita numa das varas da Justiça Federal, depois do equívoco de seu aforamento diretamente no Supremo Tribunal Federal, cujo objetivo é impedir que a denominação *desembargador* seja utilizada pela magistratura federal de segunda instância. É o tipo de ação judicial fadada a um lugar de destaque no já tão rico anedotário nacional sobre a Justiça no Brasil. Sua inadequação, além do alto coeficiente de bizantinice, num momento histórico em que o Judiciário, institucionalmente falando, deveria monoliticamente estar preocupado em pensar suas reais feridas e defender-se dos verdadeiros lobos cervais que corvejam em seu derredor, é patente.

Do ponto de vista lingüístico, esse infantil *egocentrismo terminológico* constitui um equívoco palmar, inconciliável mesmo com os rudimentos da Lingüística e da Semântica.

Convém lembrar, inicialmente, começando por noções introdutórias, que o signo lingüístico é a união do significante – a imagem acústica, *a impressão (empreinte) psíquica desse som*<sup>1</sup> – com o significado – a representação mental de um objeto ou da realidade social. Essa união, portanto, dá-se entre a imagem acústica e uma idéia, um conceito, ambos elementos psíquicos, e não entre o significante e uma coisa, porque *o significado não é uma coisa, mas uma representação psíquica da coisa*<sup>2</sup>. Por outra: conceito algum é cópia da realidade (mesmo porque esta e aquele estão mediatizados pela percepção do falante<sup>3</sup>), mas sim meio de comunicação permeável a vários elementos de interinfluência, exatamente porque a língua, como sistema, é um espelho que reflete as cambiantes do organismo social a que ela pertence ou, se se quiser, um termômetro sensível das oscilações culturais. Só há línguas porque há homens e culturas.

\*Juiz Federal Substituto da 7ª Vara Cível e Agrária da Seção Judiciária do Estado da Bahia, desde dez/99, e mestrando em Lingüística na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Assim, se os significados compõem a realidade psíquica que é a língua, ambos seguem a sorte da cultura, sobretudo quanto à faceta a ela dada pelos usos e costumes, já que o valor e o significado de um vocábulo só adquirem importância lingüístico-semântica no jogo das relações opositivas recíprocas. Não é difícil concordar com *Wittgenstein* quando, ao afirmar que a língua é um instrumento e que o significado de um vocábulo é o seu uso, lança mão da analogia entre as palavras e as ferramentas: “pense-se nos utensílios em uma caixa de ferramentas: nela se encontra martelo, alicate, serrote, chave de fenda, régua, frasco de cola, pregos e parafusos. As funções das palavras são tão diversas quanto as funções desses objetos”<sup>4</sup>.

Um vocábulo como simples unidade lexical é, assim, uma mera hipótese de trabalho cuja vividez se revela na cultura em que está inserido. É no âmbito desta que se dá a sanção de um uso linguageiro através do consenso da coletividade no exercício de sua *competência*<sup>5</sup>, não sendo aceito que um indivíduo – ou mesmo um mero grupamento corporativo – possa mudar uma língua ou restringi-la no uso a seu alvedrio<sup>6</sup>, muito menos sair por aí blaterando que tal significado lhe pertence<sup>7</sup>, já que no uso relacional um vocábulo semanticamente se transfigura, adquirindo vários sentidos.

Não há exceção – pelo contrário, aqui ela deve ser ainda mais rigorosa – a essa regra da convencionalidade quanto aos chamados vocabulários especiais ou *línguas especiais* ou ainda *tecnoletos*, como acertadamente propõe Ieda Maria Alves<sup>8</sup>.

Tratando-se de um tecnoleto, o vocabulário jurídico não foge à constatação de que o caráter científico de seu discurso se mostrará tanto mais evidente quanto mais rigoroso for, *quanto mais houver coerência de um enunciado com todos os demais que formam o sistema*<sup>9</sup>. Essa coerência é estabelecida convencionalmente, sem que seja ameaçada pelas relações funcionais do uso do vocábulo. Isso fica melhor explicado através da feliz imagem do tabuleiro saussureano de xadrez, com o qual o linguista genebrino preferivelmente comparava a língua, quando afirmava ser impertinentes facetas acessórias, tais como o tamanho da peça, o tipo, o material. O que importa é a regra do jogo (convencionalidade), que determina a função das peças (valor) em sua interação ativa (com que se forma o sentido). Isso ocorre também, como não poderia deixar de ser, numa língua especial. No caso ora analisado, portanto, pouco interessam aspectos acidentais e isolados da designação *desembargador*: se se trata de membro de Tribunal Federal comum, Federal Trabalhista, Eleitoral, Estadual; se se cuida de alguém velho, novo, calvo, baixo, gordo, magro. O relevante é que exista uma regra convencional dentro de um vocabulário, de que decorram logicamente significação e função relacionais. A ausência de convenção quanto ao rigor terminológico, sem o qual não pode haver pretensão de cientificidade em discurso algum, ensejaria uma confusão similar à que decorreria de uma partida de futebol em que os adversários se utilizassem de regras diferentes.

A marca da convencionalidade está tão indissociavelmente atada à língua que mesmo quando um tecnoleto de usualidade comunicativa, tal qual o é o do Direito, padece de rigor quanto a um ou mais termos, o falante não-especializado termina por criar regras unificadoras da aparente contradição que estrangula a coerência técnica. A confirmação disso está no uso

que a grande imprensa faz da expressão *desembargador* em vez da perífrase sesquipedal *juiz de Tribunal Regional Federal* <sup>10</sup>. É neste último sentido, portanto, que ocorre a repercussão lingüística na consciência coletiva não-forense quando se usa a denominação *desembargador federal*. Por outro lado, é através desse tipo de univocidade terminológica que se confere rigor científico à linguagem jurídica. Como bem ensina a lingüista Maria Tereza Camargo Biederman, *é recomendável uma normalização terminológica para garantir a univocidade do significado e do uso do termo científico. Ora, é desejável obter o consenso dos usuários da língua sobre o sentido e a delimitação de um termo científico. Para sanar essa dificuldade pode-se deliberadamente propor e impor a uniformidade de uso do termo, fixando oficialmente um padrão terminológico*<sup>11</sup>.

II - Tem sido dito que o uso da denominação pela magistratura estadual tem origem histórica, cuja preservação foi objeto de opção do legislador constituinte.

Essa tese comporta duas explicações que terminam por infirmá-la.

A primeira é que, na atualidade, essa invocação “histórica” se traduz em enormidade lingüística que a citada analogia saussureana do tabuleiro põe a nu quando demonstra que a relação significante/significado, por ser imotivada e arbitrária, ou seja, por não ser o significado cópia da realidade de uma coisa<sup>12</sup>, está sujeita a oscilações que fazem com o que o uso atual despreze o antigo para ser entendido, isto é, ninguém precisa saber a história do significado de um vocábulo para dele fazer uso atual: *Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes*<sup>13</sup>. Mais adiante, o revolucionário mestre genebrino, com seu credo metodológico de sincronia, adita: *uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo*<sup>14</sup>.

Em segundo lugar, convém salientar que esse raciocínio saussureano é que torna irrelevantes certas imprecisões da linguagem leiga da Constituição, que, muitas vezes, se deixa movimentar de forma pendular entre o sentido usual, o histórico e o técnico, sem qualquer rigidez terminológica, que, repita-se, dela não se deve exigir. Ao serem transplantadas suas proposições para a linguagem técnica a que ela remete, aí é que cabe fazer os ajustes de nomenclatura e sentido. Fora dos domínios estritos da Lingüística, da Semântica e da Filosofia da Linguagem, isso também já foi percebido, inclusive em ordenamentos jurídicos de outros países<sup>15</sup>. Veja-se, a propósito, a lição de Sacha Calmon Navarro Coelho: *É conveniente prevenir que o legislador, inclusive o constituinte, ao fazer leis, usa a linguagem comum do povo, o idioma correntio. Duas razões existem para isso: primus – o legislador não é necessariamente um cientista do Direito, um jurista. Provém da sociedade, multifforme como é, e a representa. São engenheiros, advogados, fazendeiros, operários, comerciantes, sindicalistas, padres, pastores, rurícolas etc.;*

secundus – utilizam para expressar o Direito legislado as palavras de uso corrente do povo, cujo conteúdo é equívoco, ambíguo, polissêmico e, muita vez, carregam significados vulgares, sedimentados pelo uso e pela tradição. É dizer, incorporam na lei as contradições da linguagem. .... A idéia de uma Constituição ou leis escuras, em linguagem culta, incorporando a metalinguagem dos juristas, não passa de um preconceito elitista, quando não de pretensão tecnicista ..... Aos juristas, doutrinadores, advogados e juizes, compete adequar as palavras da lei aos seus fins, às luzes da ciência do Direito, fixando a ordem onde aparentemente existe o caos<sup>16</sup>. Claro que essa tarefa a que se refere o jurista tanto consiste em evitar generalizações sobreexcessivas, que são um embaraço epistemológico, quanto um reducionismo exagerado que pretenda nomear noções técnicas símile com designações monossêmicas diferenciadas, do que decorreria forçosamente, neste último caso, que cada pessoa tivesse que ser um *Ireneu Funes*, o maravilhoso personagem de *Jorge Luis Borges*, que, dono de memória prodigiosa, era capaz de armazenar todos os detalhes, mas inapto para abstrair, generalizar<sup>17</sup>.

Por ser natural e não simbolizada, ao contrário, por exemplo, da geometria pura e da lógica simbólica<sup>18</sup>, e porque, como ensina *Gerhart Husserl*, em *Recht und Zeit*, toda e qualquer pessoa tem um acesso imediato ao mundo do Direito<sup>19</sup>, a linguagem jurídica dá causa a uma *diálética de interinfluência*<sup>20</sup> entre seu universo terminológico e a língua popular, o que aumenta o volume lexical e o vocabulário ativo (aquele que é empregado naturalmente) do falante comum, mesmo porque *essa linguagem técnica se apóia na linguagem geral, uma vez que o Direito, que a todos se dirige e a todos diz respeito, não pode renunciar a um mínimo de compreensibilidade geral*<sup>21</sup>. O resultado disso é um patrimônio lingüístico virtual do corpo legislativo, que, embora enriquecido, não tem rigor técnico, ao que se soma a diversidade de extrações sociais que vai se refletir nos *atos de fala* jurídico-normativos, caracterizados por imprecisões, atecnias, contradições terminológicas e mesmo preciosismos gramaticais alternando-se com adequada nomenclatura técnica. Esse resultado é inevitável, apesar do filtro das comissões legislativas encarregadas de depurar o discurso normativo, e decorre da efervescência legiferante, da amplitude e da participação político-partidária muito mais ativa do processo legislativo constituinte em comparação com o comum. O fato de haver representantes legislativos com formação jurídica nem sempre minora o problema, sabido que a figura do bacharel ou do advogado está mais associada com um específico desempenho lingüístico-forense, em que imperam os registros tautológicos de expressão<sup>22</sup>. Trata-se, neste último caso, de estilo forense, que não se confunde nem com o vocabulário técnico nem com o científico do Direito.

Não há, por isso, paradigma de inconstitucionalidade entre a opção técnica de uma linguagem infraconstitucional e a linguagem leiga do Texto Maior ou vice-versa. Esse parangão tem utilidade e adequação quando a mudança de denominação traz diferentes conseqüências jurídicas, mas, ainda aqui, o entrechoque dá-se entre termos propriamente técnicos. É o caso, por exemplo, dos chamados criptoimpostos, lembrados por *Derzi*<sup>23</sup>, através dos quais, sub-repticiamente e a contrapelo da Constituição, se tenta criar taxas invasivas de base de cálculo própria de impostos.

Afora hipóteses desse último tipo mencionadas, às imprecisões lingüístico-normativas do legislador deve corresponder o cinzelamento do técnico do Direito ou mesmo *a relevância do labor científico do jurista, que surge nesse momento como a única pessoa credenciada a construir o conteúdo, sentido e alcance da matéria legislada*<sup>24</sup>. Por isso mesmo, qualquer juízo de inconstitucionalidade raia pela impertinência quando pretender se reportar a uma norma-ção infraconstitucional tecnicamente mais precisa que o texto da Constituição, seja por aquela se valer de melhor adequação do campo técnico-semântico de um vocábulo, seja através de não-reprodução de preciosismos gramaticais. Como exemplo do primeiro caso, pode-se citar o emprego com sentido dilatado e, portanto, atécnico, do vocábulo *jurisdição* pelo art.14, § 7º, da Constituição: *§ 7º São inelegíveis, no território da jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consaguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de Estado ou Território ....* – sem grifo original. A técnica jurídica, a linguagem juscientífica e mesmo a legislação infraconstitucional precisa utilizam o vocábulo, com pequenas variações, em sua estrita significação técnica de *função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da lei por meio da substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de particulares ou de outros órgãos públicos, já no afirmar a existência da vontade da lei, já no torná-la praticamente efetiva*<sup>25</sup>, sendo que *as pessoas que exercem a jurisdição chamam-se juízes e formam, no seu conjunto, a Magistratura*<sup>26</sup>. Quanto à segunda hipótese (indiferença da linguagem técnica infraconstitucional por preciosismos gramaticais embutidos na Constituição pelo legislador constituinte), um bom exemplo está no art. 98, II, que, ao instituir os juizados especiais, menciona *procedimentos oral e sumariíssimo*, grafia última que, se obedece à regra da tradicional gramática normativo-preceptista, já não mais atende à usualidade nem da língua escrita moderna nem da falada<sup>27</sup>. A Lei 9.099/95 desconsiderou essa opção castiça ao simplesmente mencionar *sumaríssimo*<sup>28</sup>.

Em outros casos, há uma transição fluida entre o uso consagrado superveniente e a linguagem técnica. Tome-se como exemplo a dicção *tráfico ilícito de entorpecentes* do art.5º, XLIII, da Constituição. O legislador constituinte preferiu, ao insistir no adjetivo *ilícito*, em coerência com a redação da Lei 6.368/76, manter perissologicamente um traço semântico que o substantivo já detém por si mesmo desde os longínquos dias em que a nobreza lusitana, para depreciar a até então ascendente burguesia, passou a pejorar o que eram consideradas virtudes desta, como lembra Sérgio Buarque de Holanda<sup>29</sup>. Assim, *traficante* e *tratante*, ambos com significado de “pessoa que tratava de negócios”<sup>30</sup>, sofreram, a exemplo do que aconteceu com *vilão*<sup>31</sup>, mudança semântica de causa sócio-psicológica, o que não teria acontecido com os equivalentes castelhanos<sup>32</sup>. Evidente, pois, que uma lei (a exemplo do que já insinua a própria Lei 6.368/76 quando só alude ao nome *tráfico* no art. 18, I) que optasse pela forma braquilógica não chamaria a si nenhum tipo de inconstitucionalidade. Nesse caso, a resultante semântica sancionada pelo uso operacional passa a sofrer tecnificação decorrente de mera atualização terminológica.

Se do uso operacional pode decorrer amplitude do espectro semântico de um vocábulo, do desuso, ainda que de um termo técnico, pode resultar sua desoperacionalização mesmo no âmbito do vocabulário especial em que havia sido incorporado, passando a ser reputado um



arcaísmo. Foi o que ocorreu, por exemplo, com *invenção*, que no Código Civil anterior, cuja vigência expirou recentemente, designava uma das formas de aquisição da propriedade móvel. A atual codificação preferiu sabiamente evitar reproduzir o vocábulo, dada a sua completa inusualidade funcional com aquele significado, mesmo nos limites do tecnoleto jurídico. Onde havia *inventor* e *invenção*, o atual Código Civil, reproduzindo a redação anterior quanto ao mais, substituiu por *descobridor* e *descoberta* (art.1.233).

Não é incomum, igualmente, que a legislação infraconstitucional cometa uma atecnia terminológica em desacordo com a precisão técnica da linguagem constitucional. É o caso, por exemplo, do art.4º, parágrafo único, do Código de Processo Penal, que define a *competência* da autoridade policial apta a presidir o inquérito. *A expressão “competência” aqui é empregada no seu sentido vulgar, de poder atribuído a um funcionário de tomar conhecimento de determinado assunto* – lembra Tourinho Filho<sup>33</sup>.

A própria Constituição nem sempre mantém coerência consigo mesma no que diz respeito à linguagem técnica empregada. Um exemplo disso está em seus arts.34, VI, e 36, a cujo respeito José Afonso da Silva pondera: *A Constituição usa no art.34, VI, a expressão decisão judicial e no art.36, na mesma situação, decisão judiciária, sem conseqüência senão a de impropriedade técnica de usar na mesma situação termo diverso que escapou à revisão redacional*<sup>34</sup>.

Repita-se: em todos esses casos, falar-se em juízo de inconstitucionalidade, quando o problema se circunscreve a atecnias no discurso jurídico-normativo, é um enorme exagero.

III - Por outro lado, essa surpreendente intransigência da magistratura estadual, que fermentou os bastidores da Assembléia Constituinte de 1988, parece ignorar que se o vocábulo *desembargador*, no seu nascedouro histórico, não tinha então a acepção distensa que hoje se lhe dá, é porque o rendimento semântico dele há 200, 300 anos, ou mais, esbarrava nos limites da própria configuração judiciária do Brasil. Seria impensável ampliar denotativamente o significado de um vocábulo para alcançar algo que não existia. Na era pré-republicana – isso é tão acacianamente óbvio, que chega a ser custoso repeti-lo num ambiente jurídico – não havia Justiça Federal no Brasil, somente criada pelo Decreto 510, de 22 de junho de 1890, *antes mesmo de ser promulgada a Constituição de 91 .... Até então, a Justiça era única, nacional*, lembra Fernando da Costa Tourinho Neto<sup>35</sup>. Se nos ativermos que antes da Constituição de 1988 não havia *Tribunais Regionais Federais*, a razão de ser da não-preexistência da denominação *desembargador federal* fica ainda mais evidente. A análise de Machado Neto acerca do caráter caudatário e de contemporaneidade da língua em relação a uma cultura no tempo é precisa: *o idioma é totalmente condicionado pela sociedade e pela cultura a que serve. De tal modo isso é verdade, que não encontraremos em determinada língua uma palavra para designar um objeto, uma ação ou uma instituição que inexistam na experiência do povo que fala tal língua. Por isso, cada novo objeto criado pela nossa moderna tecnologia tem de ser batizado com um nome até ali inexistente, que o tenhamos de buscar numa reflexão de um nome anterior de objeto assemelhado, como ocorre com avião (ave grande), ou compondo raízes gregas para*

*designar a sua atuação – telefone (voz de longe) ou televisão (ver de longe) etc.*<sup>36</sup>. Por outro lado, a superveniência de novas noções e novos referentes dá como consequência a necessidade de expansão lexical ou do significado e a busca por uma designação taxionômica dentro da lógica lexical de um dado universo lingüístico: *cada comunidade humana que forja o seu instrumental lingüístico para designar conceitos novos utiliza o modelo lingüístico herdado por seu grupo social. Assim, os termos técnico-científicos são gerados com base na lógica da língua em questão, segundo os padrões lexicais nela existentes*<sup>37</sup>.

Por outro lado essa invocação de raízes históricas trai o fetiche de uma segmentação judiciária por um signo ideológico. Como lembra Bakhtin, *tudo que é ideológico possui um significado que lhe é exterior, já que um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra*<sup>38</sup>. E nesse caso, o significado ideológico dessa esdrúxula tentativa de *estadualização* jurídica de um *terminus technicus* parece remeter, pois, a um perigoso saudosismo de um modelo judiciário que se confundia mimeticamente e sem qualquer disfarce com o poder dominante. É que o nascedouro histórico da denominação deveria dar razão a que ela, longe de constituir motivo de orgulho, tivesse se tornado um tabu, *fenômeno lingüístico que consiste em evitar determinadas palavras ou expressões por motivos religiosos, supersticiosos, de etiqueta social ou outros semelhantes*<sup>39</sup>, já que sua origem está comissurada com a política de feitorização lusitana em relação ao Brasil<sup>40</sup>.

O designativo remonta ao reinado de Afonso V, no qual *o Tribunal Supremo era designado por Casa d'El Rei todavia já no reinado de Afonso IV, embora timidamente, o Tribunal era denominado também de Desembargo do Paço, porque se pedia aos sobrejuizes que desembargassem os feitos o mais asinha possível, o que motivou que os seus juizes passassem também a ser designados como desembargadores*<sup>41</sup>.

No Brasil, essa denominação nomeava inicialmente os membros da Relação – denominação institucional do primeiro Tribunal brasileiro criado formalmente em 1587, mas só efetivamente instalado em 1609<sup>42</sup>, na Bahia, símile do europeu, localizado no Porto, e do asiático, situado em Goa, na Índia, com justificação etimológica em “fazer relacion”, *ou seja, dar audiência e fazer justiça às partes*<sup>43</sup>. Em Portugal, além dos integrantes do citado *Desembargo do Paço*, que era o ápice do sistema judicial português<sup>44</sup>, ela nomeava também os membros da Casa da Suplicação, que era instância de superposição recursal da Relação<sup>45</sup>. No Brasil, a denominação chegou mesmo a ser substituída pela de *conselheiro* com a extinção da Relação em 1892 e a criação do Tribunal de Apelação e Revista da Bahia<sup>46</sup>, o que já revela sua falta de uniformidade histórica, além da ausência de uniformidade designativa de função dentro da própria Relação<sup>47</sup>, e afasta também qualquer recurso à etimologia ou à literalidade do texto constitucional<sup>48</sup>.

Os pródromos de suas origens, aqui como nalém-mar, estão envoltos nas brumas da estrutura burocrática criada pela Coroa portuguesa, da qual a Relação era *um cão de guarda*<sup>49</sup>, encarregada não só de funções judiciárias, mas também políticas e administrativas<sup>50</sup>, num tempo em que se cria que *a administração da justiça era o atributo mais importante do governo*<sup>51</sup>. À sombra dessa sustentação real, os desembargadores, durante toda a vida colonial da Relação, brandiam com “desassombro” sua justiça contra *brancos pobres, escravos libertados, artesões*

e trabalhadores braçais<sup>52</sup>.

Para além de *longa manus* real, somente seus próprios interesses escusos, refêns da vaidade e da leviandade social, vícios na defesa dos quais promoviam escaramuças e barafundas até com autoridades eclesiásticas, governador-geral, provedor-mor e câmara municipal de Salvador, que mal dissimulavam pruridos de autoritarismo e vedetismo, além de disputas por regalias corporativas e privilégios socialmente inaceitáveis.

A própria composição do Tribunal não escondia profundo desprezo inicial pela nacionalidade nativa, dado que a seus membros se proibia o casamento com brasileiras<sup>53</sup>, sendo inacessível a “moro, mulatto, judeu ou outra raça infecta”<sup>54</sup>.

Alvo de indignados clamores populares, os detentores desse título hoje disputado moviam-se também muitas vezes submissamente em direção ao governador-geral – cujo cargo de presidente da Relação dá bem a tônica do conúbio espúrio, em sua origem, com a Administração – ao preço de *propinas*<sup>55</sup>, afora os casos em que sua venalidade, prevaricação e corrupção eram toleradas pelo poder geral ao preço de *togas lavadas no sangue dos humildes baianos*<sup>56</sup>, como se viu na conspiração de alfaiates em 1798, em que seus envolvidos foram condenados à morte, apresentando-se aqueles juízes *redimidos perante a rainha Maria I.*

Era comum, também, os desembargadores receberem subornos tanto do acusador quanto do réu, o que dava prestígio popular às poesias satíricas de Gregório de Mattos, que acoimava a Justiça de “vendida, injusta e tornada bastarda”<sup>57</sup>. *Ai de quem caísse nas mãos dessa justiça tarda, incompetente, cruel*<sup>58</sup>. A denominação era estereótipo de figura socialmente antipatizada em razão também de seu cabotinismo público e vocação para centralizar todos os cargos e sincuras, tanto aqui como em Portugal: *Huma estranha preocupação se tem, ha longo tempo, estabelecido entre nós, que nem a experiencia, nem a razão tem podido até agora destruir. He esta espécie de omnisciência que tão gratuitamente se attribue aos individuos empregados nas funções de magistratura. Por mais alheio que qualquer objecto seja da sua profissão, ninguém se presume em melhores circunstancias de o desempenhar que hum magistrado. Trata-se de melhorar a barra d’Aveiro? Encarrega-se a direcção deste trabalho a hum desembargador. Pretende-se construir uma ponte sobre o Tamega? Confia-se a um desembargador a execução do projecto. Precisa-se hum inspector geral das amoreiras? He ainda um desembargador. Finalmente, ainda há bem poucos annos que vimos hum desembargador, que acabava de ser ministro do Estado da repartição das justiças, feito capitão-general de huma das nossas provincias ultramarinas! Bem dizia, não sei que jurisconsulto: Omnia in jure civili inveniuntur*<sup>59</sup>.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, que considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social<sup>60</sup>, não fica difícil entender que a denominação em suas origens compunha uma formação discursiva que bem revelava um Judiciário como mero apêndice do Poder Monárquico dominante. Não fosse o Brasil, uma mistura de patrimonialismo, burocracia estamental e patriarcalismo, ter-se mantido até hoje sempre sob o tacho compressivo das elites<sup>61</sup>, certamente a expressão teria se tornado um tabu lingüístico, dado o papel que ela desempenhava



como vestimenta terminológica de um malvisto papel ideológico: *Vinham a seguir os generais Forbes e Napione e a chusma de satélites: monsenhores, desembargadores, legistas, médicos, empregados da Casa Real, os homens do serviço privado e protegidos de D.João. Eram os vadios e parasitas, denunciados por Hipólito José da Costa, que continuariam no Rio de Janeiro o ofício exercido em Lisboa: “comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação”*, lembra Raymundo Faoro<sup>62</sup>.

Pretende-se que hoje a função do Judiciário nenhuma relação tenha com o contexto histórico que ideologicamente cunhou esse signo, ou seja, como quer *Althusser*, quando era evidente o papel do Judiciário como mero *aparelho ideológico do Estado*<sup>63</sup>. A denominação permanece – porque foi mantida pelo Constituinte, embora devesse ter sido banida –, mas o significado já não pode remeter àquela repulsiva realidade subjacente.

IV - Em arremate, o discurso leigo da Constituição, que, quando democrática, é reflexo da tecedura social, está inçado de atecnias terminológicas e taxionômicas, com as quais muitas vezes se vai além dos limites técnicos (distensão semântica como no caso de *jurisdição*), em outras se diz muito menos (retração de significado como em *desembargador* referido só a membros de Tribunais de Justiça). Evidente que isso não deve comprometer a linguagem do técnico ou do cientista do Direito, a quem cabe, diante da aparência orgânico-funcional, fazer decorrer a unidade taxionômica e terminológica em nome do estatuto de univocidade perseguido sobretudo pelos vocabulários técnicos e científicos. Assim, se *juiz* é um arquilexema<sup>64</sup> da terminologia judiciária brasileira sob o qual estão ordenados os vários níveis jurisdicionais (ministro, juiz de direito, juiz federal, juiz do trabalho etc.), não menos certo é que esses níveis devem organizar-se coerentemente em sua nomenclatura, do que decorre a pertinência da designação *desembargador* para membros de Tribunais de segunda instância, correndo à conta de aspectos periféricos a diferença qualificativa (*federal, trabalhista, eleitoral, estadual* etc.). Juiz estadual de segunda instância não é, pois, antítipo semântico exclusivo da designação *desembargador*. Não deveria, portanto, a magistratura dos Estados-membros ficar eternamente presa a um instantâneo fotográfico de um outro contexto histórico.

É bom sempre ter em mente, como sabiamente deixa entrever Calmon de Passos<sup>65</sup>, que Direito é linguagem, e seu problema é o problema da interpretação, para cuja solução nada contribuem estufas semânticas criadas por veleidades lingüísticas corporativas, porque na língua não existe propriedade privada, tudo é socializado<sup>66</sup>.

---

Notas:

<sup>1</sup> SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002. p.80.

<sup>2</sup> BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 2001. p.46.

<sup>3</sup> Mesmo na reformulação a que procederam *Ogden e Richards* em seu famoso triângulo semiótico, o referente aí não é uma coisa mas sim uma realidade extralingüística a que remete o signo, sem que disso decorra, necessariamente, sua existência real (v. OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. *The meaning of meaning*. 8 ed. London: Routledge and Kegan, 1946).

<sup>4</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: 1953. p.6: *Think of the tools in a tool-box: there is a hammer, pliers, a saw, a screw-driver, a rule, a glue-pot, glue, nails and screws. – The functions of words are as diverse as the functions of these objects.*

<sup>5</sup> Competência chomskyana tem seus contornos dados pelas próprias palavras de seu teórico: *todo indivíduo adulto que fala uma dada língua é*

capaz, em qualquer altura, de emitir espontaneamente, ou captar e compreender, um número indefinido de frases que, na sua maior parte, nunca pronunciou ou ouviu antes – apud RWET, Nicolas. *A gramática generativa*. Lisboa: Edições 70, s.d. p.13.

<sup>6</sup> SAUSSURE, *op.cit.*, p.22.

<sup>7</sup> Os falantes de uma língua não são livres para alterar a seu gosto os significados das palavras e certos tipos de combinações – OLIVEIRA, Fátima. Semântica. In: FÁRIA, Isabel Hub et alii (Org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 333.

<sup>8</sup> O termo tecnoleto é frequentemente denominado língua de especialidade, forma decalcada no francês langue de spécialité. Como essa designação tem sido muito criticada pelo uso impróprio do termo língua, ela tende, por isso, a ser substituída por tecnoleto – ALVES, Ieda Maria. Neologia e tecnoletos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUIERDO, Aparecida Negri (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2001. p.27, nota 1.

<sup>9</sup> La cientificidad de un discurso no consiste en la verdad, es decir, en la correspondencia de la enunciación con una realidad objetiva, sino en el rigor de su lenguaje, es decir, en la coherencia de un enunciado con todos los demás enunciados que forman sistema con aquél. BOBBIO, Norberto. Contribución a la teoría del derecho, Valencia: Fernando Torres-Editor, 1980, p.182-3. Colección 'el derecho y el estado', edición a cargo de Alfonso Ruiz Miguel.

<sup>10</sup> Um exemplo disso está na revista semanal *Istoé*, que, na edição de 10 de maio de 2000, 1597, ao entrevistar Fernando da Costa Tourinho Neto, trata-o todo o tempo de *desembargador*, mais de dois anos antes da mudança regimental da denominação a que procedeu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região sob a presidência do Desembargador Federal Antônio Catão Alves.

<sup>11</sup> BIEDERMAN, Tereza Carmargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUIERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p.13. Prossegue com muita pertinência essa professora: O uso de termos padronizados (normalizados) permite que a comunicação lingüística atinja a eficácia desejada, se os membros da comunidade científica, ou da sociedade em geral, dispuserem do mesmo repertório de signos e esses itens lexicais designarem o mesmo referente na estrutura geral do conhecimento. Por isso o papel da normalização terminológica é essencial.

<sup>12</sup> As línguas não se destinam a dizer uma verdade que seja relativa às coisas “em si” – POSSENTI, Sírio. Sobre o sentido da expressão “sentido literal”. In: *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002. p.231.

<sup>13</sup> SAUSSURE, *op.cit.*, p.105

<sup>14</sup> *Op.cit.*, p.90. Continua o famoso lingüista: As outras instituições – os costumes, as leis etc – estão todas baseadas, em graus diferentes, na relação natural entre as coisas; nelas há uma acomodação necessária entre os meios empregados e os fins visados. .... A língua, ao contrário, não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons.

<sup>15</sup> Disso dá testemunho o processualista uruguaio Eduardo J. Couture, numa lição que se ajusta bem à questão aqui focalizada: São muito comuns os casos em que o legislador utiliza, por imperícia, uma palavra que não é, tecnicamente, a apropriada. .... Em outras ocasiões, com os vocábulos da lei formam-se novos conceitos não incluídos nela. Coisa julgada formal é um conceito jurídico que caracteriza situações expressamente previstas na lei, tais como a eficácia relativa do juízo de alimentos, do juízo possessório ou do juízo executivo. Os três termos que compõem esse conceito se encontram, separadamente, no Código. Apesar, porém, de estar concebido o fenômeno e estarem insertas as palavras no texto legal, não o está o conceito. Por mais que aí procuremos essa combinação de palavras, não a encontraremos. Em outro passo, adita: As palavras são para o direito o que o corpo humano é para a anatomia ou para a fisiologia. .... Uma necessidade de precisão deve dominar-nos, na medida em que tal coisa estiver ao alcance de nossos recursos (COUTURE, Eduardo J. *Interpretação das leis processuais*. Tradução de Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993. pp. 41, 183, 199-200).

<sup>16</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à constituição de 1988: sistema tributário*. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1990. p.8-9.

<sup>17</sup> Locke, en el siglo XVII, postuló (y reprobó) un idioma imposible en el que cada cosa individual, cada piedra, cada pájaro y cada rama tuviera un nombre propio; Funes proyectó alguna vez un idioma análogo, pero lo desechó por parecerle demasiado general, demasiado ambiguo. En efecto, Funes no sólo recordaba cada hoja de cada árbol de cada monte, sino cada una de las veces que la había percibido o imaginado.... Había aprendido sin esfuerzo el inglés, el francés, el portugués, el latín. Sospecho, sin embargo, que no era muy capaz de pensar. Pensar es olvidar diferencias, es generalizar, abstraer - BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*, 1944.

<sup>18</sup> CARRIÓ, Genaro. *Notas sobre derecho y lenguaje*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1994. p.135.

<sup>19</sup> apud LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. p.451.

<sup>20</sup> Expressão tomada à obra *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.23. HOUAISS, Antônio.

<sup>21</sup> LARENZ, Karl. *op.cit.*, p. 451. Maria Luiza Siqueira de Pretto afirma, no mesmo sentido, a importância do estudo e da descrição do vocabulário próprio de uma instituição vigente na sociedade brasileira, que faz parte do dia-a-dia de qualquer cidadão e que se constitui num amplo campo de pesquisa para a Lingüística em seu estudo e, em especial, para a Sócio-Etnolingüística – Vocabulário jurídico: um estudo sociolingüístico na área do direito do trabalho. *As ciências do léxico...* p.75, sem grifos no original.

<sup>22</sup> One form of language where synonymy is endemic is legal style. As everyone knows, the law abounds in expression like 'goods and chattels', 'last will and testament', 'good repair, order and condition', which, to the layman at any rate, seem tautological. Occasionally, some laymen have demurred against this jargon. Wesley protested fiercely against 'that villainous tautology of lawyers, which is the scandal of our nation' (ULLMANN, Stephen. *Semantics: an introduction to the science of meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1964. p.154).

<sup>23</sup> DERZI, Misabel. *Curso de direito tributário brasileiro*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 68.

<sup>24</sup> CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 12 ed. São Paulo: Saraiva, p. 6.

<sup>25</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução J. Guimarães Menegale. Notas de Enrico Tullio Liebman. São Paulo:

Saraiva, 1965. p. 3.

<sup>26</sup> LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. Tradução e notas Cândido Rangel Dinamarco. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense. p.3.

<sup>27</sup> Celso Ferreira Cunha e Lindley Cintra advertem: *Em lugar das formas superlativas* seriíssimo, necessáriíssimo e outras semelhantes, *a língua atual prefere* seriíssimo, necessáriíssimo, *com um só i* – *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 251.

<sup>28</sup> Alexandre de Moraes parece ir às últimas conseqüências nesse ignorar o preciosismo do legislador constituinte a ponto de não reproduzir literalmente o texto do art.98, I. (BRASIL. Constituição (1988). Organização dos textos, notas remissivas e índices por Alexandre de Moraes. 21 ed. São Paulo: Atlas.)

<sup>29</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do brasil*. 26 ed. São Paulo:, Companhia das Letras. p.112.

<sup>30</sup> NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica: 1965. p.129.

<sup>31</sup> CAMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Rio de Janeiro, Vozes: 2002, verbete *semântica*.

<sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *idem, ibidem*.

<sup>33</sup> TOURINHO FILHO, F.C. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 1990. p.176.

<sup>34</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 461, nota 3.

<sup>35</sup> TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Discurso proferido em 29/09/1987, por ocasião da comemoração dos 20 anos de Justiça Federal na Bahia. Fonte: Biblioteca da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia.

<sup>36</sup> MACHADO NETO, A. L. *Sociologia básica*. 8 ed. São Paulo: Saraiva. p. 69.

<sup>37</sup> BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Op.cit.*, p.15.

<sup>38</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.31-2.

<sup>39</sup> LUFT, Celso Pedro. *Dicionário gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1971. A respeito do fenômeno, Freud, em Totem and Taboo, faz interessante análise: *For us the meaning of taboo branches off into two opposite directions. On the one hand it means to us sacred, consecrated: but on the other hand it means uncanny, dangerous, forbidden, and unclean. The opposite of taboo is designated in Polynesian by the word noa and signifies something ordinary and generally accesible. Thus something like the concept of reserve inheres in taboo; taboo expresses itself essentially in prohibitions and restrictions. Our combination of 'holy dread' would often express the meaning of taboo* – London: Pelican Books, 1940. p.37.

<sup>40</sup> *No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu* – FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p.115.

<sup>41</sup> NOGUEIRA, Bernardo Guimarães Fisher Sá. *Da “casa d’el rei” ao supremo tribunal de justiça: contributos para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

<sup>42</sup> RUY, Afonso. *A relação da bahia: contribuição para história judiciária do brasil*. Salvador: Comissão de Memória do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 1996. pp.25-6.

<sup>43</sup> NOGUEIRA, Bernardo Guimarães Fisher Sá. *Op.cit.*

<sup>44</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.9.

<sup>45</sup> *Memória da justiça brasileira: do condado portugalense a dom joão de bragança*. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 1993, vol. I. p.53.

<sup>46</sup> RUY, Afonso. *Op.cit.*, p.43.

<sup>47</sup> *As Relações funcionavam sob a presidência do Governador (Vice-Rei no Rio de Janeiro), e contavam, além dos ouvidores referidos, com vários outros membros: agravistas, procurador, juiz da coroa, etc., todos com o título de “desembargadores”* – PRADO JR., Caio. *Formação do brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p.320.

<sup>48</sup> *Mas não é necessário exigir que o sentido, para ser literal, seja originário, etimológico, antigo e sempre o mesmo* – POSSENTI, Sírio. *Op.cit.* p.232.

<sup>49</sup> SCHWARTZ. *Op.cit.* p. 172.

<sup>50</sup> CÂMARA, José Gomes. *Subsídios para a história do direito pátrio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1973. p.116.

<sup>51</sup> SCHWARTZ. *Op.cit.* p.3.

<sup>52</sup> SCHWARTZ. *Op.cit.* p.199.

<sup>53</sup> *Memória da justiça brasileira ...* p. 58 e 83.

<sup>54</sup> SCHWARTZ. *Op.cit.*, p.232 (reprodução textual); RUY, Afonso. *Op.cit.*, p.36.

<sup>55</sup> SCHWARTZ. *Op.cit.* p.217.

<sup>56</sup> RUY, Afonso. *Op.cit.* p.41.

<sup>57</sup> MATOS, Gregório de. *Obras completas*. Salvador, 1969, I, 6; VII, 1675, 1679.

<sup>58</sup> FAORO. *Op.cit.* p.187

<sup>59</sup> CASTRO, José de Gama. *O novo príncipe ou o espírito dos governos monarchicos*. Rio de Janeiro: 1841. p. 315. O jurisconsulto referido, segundo informa Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, é Acúrsio, cuja glosa, na verdade, dizia «*omnia in corpore juris inveniuntur*». (*História do direito português*. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. p.556.)

<sup>60</sup> MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: *Introdução à lingüística*. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna (Org.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.13.

<sup>61</sup> *O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a designios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade* (RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. p. 452.)

<sup>62</sup> FAORO, Raymundo. *Op.cit.* p.251.

<sup>63</sup> ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal.

<sup>64</sup> O arquilexema representa a neutralização de uma oposição de traços semânticos . .... Assim, assento é o arquilexema da série pufe, tamborete, cadeira, poltrona, etc (DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.)

<sup>65</sup> PASSOS, J.J. Calmon de. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. III. p.11-2.

<sup>66</sup> CARVALHO, Castelar. *Para compreender Saussure*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.156.

## Juros – Permissões e Proibições à Cobrança por Instituições Financeiras

Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto\*

### 1 - Introdução

A disciplina dos juros cobrados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional tem sido matéria reiteradamente enfrentada nos Tribunais pátrios, a despertar a atenção não só dos que atuam na área jurídica (advogados, juízes, membros do Ministério Público etc.) como também e principalmente dos consumidores.

O assunto assume uma perspectiva ainda mais entusiástica na medida em que em 11 de janeiro de 2003 entrou em vigor o novo Código Civil, o qual trouxe toda uma nova roupagem para os juros.

Buscando ceifar dúvidas acerca dos procedimentos adotados por financeiras na execução dos contratos bancários em tema de juros, o presente trabalho foi dividido em três partes.

Na primeira, partiu-se da definição de juros, analisando-se a natureza jurídica e classificação, para estudar quais as taxas passíveis de serem praticadas. Na segunda parte, identificou-se a prática que se conforma às exigências legais atinentes aos juros cobrados, ficando a terceira e última destacada para a apreciação da conduta realizada pelas instituições financeiras que destoam das imposições normativas vigentes para a matéria.

### 2 - Desenvolvimento

#### 2.1 - Conceito, natureza jurídica e classificação de juros

\* Juiz de Direito Substituto do Estado de Pernambuco e pós-graduado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.